

Procurador Jurídico

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- um cartão de respostas.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.

Este caderno contém: **40 questões**

Duração da prova: **3 horas**

- Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- Levar caderno: após **1 hora de prova**.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

10. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado.

11. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

PORTUGUÊS | 10 QUESTÕES

Como surgiu o Carnaval?

O Carnaval surgiu a partir de várias comemorações que aconteciam na Antiguidade entre egípcios, gregos, romanos e outros povos. Essas festas celebravam a colheita e homenageavam deuses. Um exemplo eram as saturnálias, na Roma antiga, para Saturno, deus da agricultura, quando o povo dançava pelas ruas.

Durante a Idade Média, a época das festas antigas foi adotada pela Igreja Católica para marcar o período antes da Quaresma (antes da Páscoa), quando o consumo de carne era proibido. Estaria aí a explicação para o termo Carnaval: viria do latim *carnem levare* (retirar ou ficar livre da carne).

Ao longo do tempo, uma das mais famosas festas inspiradas nas celebrações da Antiguidade foram os bailes de máscaras europeus. Na Itália, por volta do século 13, só os nobres participavam. No século 19, máscaras e fantasias se tornaram populares.

A folia se modificou de acordo com a região. No Brasil, por exemplo, a influência foi o entrudo, a partir do século 17: festa portuguesa em que eram comuns brincadeiras com água. Com o tempo, ganhou outros elementos, como as marchinhas no final do século 19.

O primeiro bloco brasileiro de Carnaval de que se _____ notícia saiu pelas ruas do Rio de Janeiro em 1846 sob o comando do português José Nogueira de Azevedo Prates, conhecido como Zé Pereira: ele começou a tocar bumbo e atraiu outros foliões. A brincadeira não parou mais!

Em 1929, uma turma de foliões carioca resolveu se organizar sob o nome de “Deixa Falar”. Na época, parecido com blocos de rua, o grupo se tornou a primeira escola de samba brasileira (dela surgiria a atual Estácio de Sá).

Os trios elétricos já _____ quase 70 anos! Apareceram quando os músicos baianos Dodô e Osmar colocaram alto-falantes num carro e saíram pelas ruas de Salvador. No ano seguinte, o veículo ficou maior até chegar aos grandes trios de hoje em dia.

Também é comum ver na Bahia os grupos de afoxé, como os Filhos de Gandhi. Eles _____ origem no período da escravidão, quando os negros usavam trajes africanos para cantar e dançar. Além disso, há Carnaval de rua em outras cidades, como nas pernambucanas Recife e Olinda, com muito frevo e bonecos gigantes — chegam perto dos 4 metros de altura!

(Fonte: Recreio — adaptado.)

1) De acordo com as informações do texto sobre o Carnaval, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A Igreja Católica, na Idade Média, deu origem aos bailes de máscaras italianos, em que só a nobreza participava.
- () O Carnaval surgiu dos festejos da colheita e de homenagens aos deuses.
- () O nome “Carnaval” vem da proibição do consumo de carne antes da Páscoa.
- () O trio elétrico surgiu com os Filhos de Gandhi, grupo de afoxé, que teve a ideia de colocar alto-falante num carro, em Salvador.

- a) E - C - C - E.
- b) C - C - C - E.
- c) E - C - E - C.
- d) C - E - E - C.

2) Os termos sublinhados no 3º parágrafo do texto compõem um(a):

- a) Sujeito composto.
- b) Oração coordenada.
- c) Locução adverbial.
- d) Locução prepositiva.

3) Em relação à concordância do verbo “ter”, assinalar a alternativa que preenche as lacunas do texto:

- a) têm | tem | têm
- b) tem | têm | têm
- c) tem | tem | tem
- d) tem | tem | têm

4) “Em terra de cego, caolho é rei.” A vírgula foi empregada pelo mesmo motivo do ditado popular em:

- a) “Em boca fechada, não entra moscas.”
- b) “Um dia é da caça; outro, é do caçador.”
- c) “Amigos, amigos, negócios à parte.”
- d) “Quanto mais alto é, maior a queda é.”

5) Considerando-se a ortografia de palavras parônimas da Língua Portuguesa, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Devem me pagar essa semana o dinheiro que tenho a ver.
() Quando chove muito, costuma haver enchentes na cidade.
() É possível que dois gêmeos não tenham nada a ver um com o outro.

- a) C - C - E.
b) E - E - C.
c) C - E - E.
d) E - C - C.

6) Sobre a estruturação do pensamento abaixo, assinalar a alternativa INCORRETA:

“Não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe.” (ditado popular)

- a) A ideia que se quer passar é a de que tudo é efêmero.
b) O sujeito é o mesmo para os dois verbos sublinhados.
c) Na primeira oração, não há sujeito.
d) Na terceira oração, o verbo está na voz passiva sintética.

7) Em conformidade com o adequado emprego dos porquês, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

- _____ *você está triste?*
- *Ele abandonou a faculdade no último semestre, _____?*
- *Ela não quis sair com ele _____ não quer um relacionamento agora.*

- a) Por quê | por quê | porque
b) Por que | por quê | porque
c) Por que | por que | porquê
d) Por quê | por que | porquê

8) A figura de linguagem constante na frase “Por uma única janela envidraçada, [...] entravam claridades cinzentas e surdas, sem sombras.”, de Clarice Lispector, é:

- a) Sinestesia.
b) Metonímia.
c) Catacrese.
d) Comparação.

9) Assinalar a alternativa na qual o particípio verbal foi empregado de maneira INCORRETA:

- a) Aquele assunto foi findo pela escola.
b) Os ovos foram fritos na hora do lanche.
c) Pedro tinha aberto a sua bolsa na sala.
d) Paulo havia expresso que não entendia nada.

10) Sobre pontuação, analisar os itens abaixo:

- I. Não tema que tudo dará certo.
II. Mãe, amanhã vamos ao shopping?
III. Pelé, um grande jogador de futebol brasileiro, faleceu no ano de 2022.
IV. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2023.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens I, III e IV.
d) Somente os itens II, III e IV.

CONHECIMENTOS GERAIS | 8 QUESTÕES

11) Em relação ao Serviço Público, são princípios básicos recomendados para a atuação profissional do Agente Público, EXCETO:

- a) Imoralidade: como a não obrigação de pautar as ações apenas pela lei, mas também pela boa-fé, lealdade e probidade, evitando desvios de finalidade ou abusos de poder.
b) Impessoalidade: como o dever de agir de modo imparcial perante terceiros, sem discriminações, distinções ou preferências.
c) Legalidade: como o firme compromisso com o ordenamento jurídico e a observância dos atos normativos que o constituem.
d) Publicidade e transparência: como a obrigação de tornar públicos e abertos dados, informações e ações, disponibilizando-os de maneira acessível à população.

12) Sobre as vedações ao servidor público, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
b) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
c) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
d) Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.

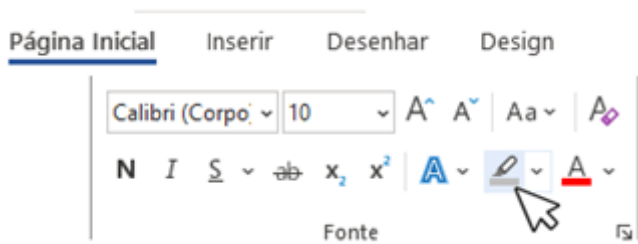
13) As estatísticas de violência doméstica no Brasil, e em diversos lugares, apontam que as mulheres são mais comumente vítimas desse tipo de violência, sendo os agressores predominantemente homens. Embora não seja uma regra universal, essa tendência é observada em diversos estudos. A legislação brasileira voltada para a proteção das mulheres vítimas de violência doméstica é conhecida como:

- a) Lei de Cotas.
- b) Lei Rouanet.
- c) Lei Maria da Penha.
- d) Lei Ficha Limpa.

14) Embora o número de analfabetos tenha diminuído no Brasil, um dos grandes “gargalos” da educação é o chamado analfabetismo funcional. Em relação ao analfabeto funcional, é CORRETO afirmar que:

- a) Não sabe ler e nem escrever.
- b) Mesmo sabendo ler e escrever, não consegue interpretar textos nem fazer operações matemáticas.
- c) Sabe ler, mas não consegue escrever um texto.
- d) Sabe escrever, mas não consegue fazer operações matemáticas.

15) No Word 2016, ao aplicar o realce de texto em uma seção específica de um documento, é importante estar ciente de como esse destaque pode impactar o resultado final. A imagem abaixo ilustra o atalho para aplicar essa funcionalidade:



Assinalar a alternativa apresenta o efeito do realce de texto.

- a) REALCE.
- b) **Realce.**
- c) Realce.
- d) Realce.

16) Um usuário está trabalhando em um ambiente onde a segurança das informações é de extrema importância. Durante o expediente, surge a necessidade de se ausentar temporariamente da sua mesa para participar de uma reunião rápida. Diante dessa situação, qual das seguintes medidas é a mais adequada e eficaz para o usuário prevenir o acesso não autorizado aos dados do seu computador?

- a) Fechar os aplicativos abertos.
- b) Bloquear o computador.
- c) Minimizar todas as janelas abertas.
- d) Desligar o monitor.

17) Fábio precisa comprar um total de 50 frutas entre maçãs e bananas de modo que a razão entre a quantidade de maçãs e a quantidade de bananas seja igual a 2/3. Sendo assim, ao todo, quantas maçãs ele deverá comprar?

- a) 30
- b) 25
- c) 20
- d) 15

18) Considerando-se a sequência abaixo, formada pela repetição da palavra BEXIGA, assinalar a alternativa que apresenta a 681ª letra dessa sequência:

B E X I G A B E X I G A B E X I G A...

- a) A
- b) G
- c) I
- d) X

LEGISLAÇÃO | 6 QUESTÕES

19) Nos termos da Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurando-se:

- I. A plenitude de defesa.
- II. A competência para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública.
- III. A soberania dos veredictos.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

20) A respeito das reuniões da Câmara Municipal, em concordância com a Lei Orgânica do Município, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O quórum mínimo para a instalação da sessão é de 3/4 dos membros da câmara.
 - () A sessão legislativa ordinária sempre será interrompida, com ou sem deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.
 - () As sessões serão públicas.
- a) E - E - C.
b) E - C - C.
c) C - E - E.
d) C - C - E.

21) No que diz respeito aos atos administrativos de competência do Prefeito e sua expedição, segundo a Lei Orgânica do Município, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Portaria.
 - (2) Decreto.
 - (3) Contrato.
- () Execução de obras, compras e serviços municipais, nos termos da lei.
- () Abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos.
- () Regulamentação de lei.
- a) 1 - 2 - 3.
b) 3 - 1 - 2.
c) 1 - 3 - 2.
d) 2 - 1 - 3.

22) A respeito das responsabilidades do servidor, em concordância com a Lei Complementar nº 7/1993 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- (1) Responsabilidade administrativa.
 - (2) Responsabilidade penal.
 - (3) Responsabilidade civil.
- () Abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- () Decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- () Resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- a) 3 - 1 - 2.
b) 2 - 3 - 1.
c) 1 - 3 - 2.
d) 3 - 2 - 1.

23) Na forma de governo do tipo república, o país é representado por um Chefe de Estado, eleito pelos cidadãos, que exerce a sua função durante um tempo limitado. Conforme previsão expressa na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) Prevalência do desenvolvimento nacional.
- b) Independência internacional.
- c) Igualdade entre os Estados.
- d) Igualdade entre os povos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

24) Acerca dos casos em que será aplicada a demissão, segundo a Lei Complementar nº 7/1993 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, analisar os itens abaixo:

- I. Não ceder o uso de imagem do servidor.
- II. Improbidade administrativa.
- III. Aplicação irregular de dinheiro público.
- IV. Inassiduidade habitual.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II, III e IV.
- d) Todos os itens.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 16 QUESTÕES

25) Os Guardas Civis Municipais do Município X entraram em greve após o não atendimento do seu pleito de reajuste salarial. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, essa greve é:

- a) Vedada, uma vez que aos servidores públicos não é garantido o direito de greve.
 - b) Vedada, uma vez que executam atividade de segurança pública.
 - c) Permitida, uma vez que a greve é vedada apenas aos servidores militares.
 - d) Permitida, uma vez que a motivação para a greve é lícita.
-

26) A empresa ABC, envolvida em um esquema de corrupção, celebra acordo de leniência. Com base na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, a colaboração para as investigações precisa preencher alguns requisitos. Assinalar a alternativa CORRETA a fim de que os requisitos sejam considerados preenchidos:

- a) A pessoa jurídica admita sua participação de acordo com sua responsabilidade objetiva; coopere com as investigações e o processo judicial; comprometa-se a implementar ou melhorar mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo às denúncias de irregularidades e à aplicação efetiva do código de ética e de conduta.
- b) Ser pessoa física ou jurídica; estar entre os três primeiros a apresentar a proposta de leniência; o ato lesivo ser apenas à Administração Pública federal; cesse completamente o envolvimento na infração investigada a partir da data de aceitação do acordo; facultada a participação em atos processuais e efetivo pagamento dos valores estabelecidos, a título de sanção.
- c) Identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito; a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar; cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo; admita sua participação no ato ilícito, cooperando plena e permanentemente; compareça a todos os atos processuais, até seu encerramento.
- d) O acordo deve ser celebrado com o Estado pela AGE; obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito; comprometa-se a implementar ou melhorar mecanismos internos de integridade e auditoria; cesse completamente o envolvimento na infração investigada a partir da data de aceitação do acordo; admita sua participação no ato ilícito, cooperando plena e permanentemente; compareça a todos os atos processuais, até seu encerramento.

27) No Artigo 14º do Código Penal é possível verificar que o crime tentado é aquele que, quando iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Sabendo disso, conforme a doutrina majoritária, quais são os crimes que, por sua natureza ou previsão legal, não são compatíveis com a tentativa?

- a) Habituais, culposos, omissivos próprios.
 - b) Dolosos, preterdolosos, habituais.
 - c) Omissivos próprios, impróprios, dolosos.
 - d) Preterdolosos, dolosos, próprios.
-

28) Fulano impetrou Mandado de Segurança contra ato do Poder Público que negou a compensação de um crédito tributário do Município X. Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do caso, analisar os itens abaixo:

- I. É viável concessão de medida liminar, na via mandamental, que defira a compensação de créditos tributários.
- II. Qualquer seja o vencedor, não cabe condenação em honorários advocatícios sucumbenciais em desfavor da parte vencida.
- III. Caso se tratasse de mandado de segurança coletivo, a liminar somente poderia ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.
- IV. Se o ato impugnado fosse um ato de gestão comercial de uma empresa pública municipal, ainda seria cabível o Mandado de Segurança.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
 - b) Somente os itens I e III.
 - c) Somente os itens I, III e IV.
 - d) Somente os itens II, III e IV.
-

29) Considerando a doutrina majoritária e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O empregado, pessoa física ou jurídica, que prestar serviços de natureza não eventual ao empregador, terá sua relação de empregado tutelada pela CLT.
- b) O empregado eventual apenas será regido pela CLT quando contratado para trabalhar em ocasiões especiais em que o tipo de trabalho tiver sindicato da respectiva categoria.
- c) O empregado autônomo poderá escolher a forma do vínculo com o empregador, podendo ter sua carteira de trabalho assinada ou prestar serviços como pessoa jurídica.
- d) O caseiro de sítios e fazendas em zona rural se enquadra na categoria de trabalhador doméstico.

30) Determinado gestor, diante de ilegalidade de despesa e irregularidade nas contas públicas, foi multado pelo TCU. Nesse sentido, de acordo com a Constituição Federal, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O TCU não tem competência para aplicar multas aos administradores e demais responsáveis.
- b) Verificada ilegalidade, deverá assinar prazo de sessenta dias para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- d) O próprio Tribunal de Contas poderá realizar a ação de execução contra o referido gestor.

31) Nos termos expressos da Lei nº 4.320/1964 — Normas Gerais de Direito Financeiro, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, entre outras, compor-se-á de:

- I. Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.
- II. Projeto de Lei de Orçamento.
- III. Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

32) No que se refere ao direito ao trabalho, dispõe a Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- a) As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- b) Não é garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.
- c) A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, independentemente da igualdade de oportunidade com os demais.
- d) A pessoa com deficiência não tem direito a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

33) A respeito das hipóteses de concessão da tutela da evidência no processo civil, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Concessão em liminar.
- (2) Concessão incidental.

- () Quando evidenciado o abuso de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- () Quando as alegações de fato do requerente puderem ser comprovadas apenas documentalmente e, cumulativamente, o pedido estiver fundado em tese assentada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- () Quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não tenha oposto prova capaz de gerar dúvida razoável.

- a) 1 - 1 - 2.
- b) 1 - 2 - 1.
- c) 2 - 1 - 2.
- d) 2 - 2 - 1.

34) O Município X pretende autorizar a criação de uma fundação pública de direito privado, a qual ficaria responsável pela execução de serviços de saúde. Os trabalhadores dessa fundação estariam submetidos, por sua vez, ao regime celetista. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão do Município é:

- a) Viável, porque a Administração direta e indireta não estão sujeitas ao Regime Jurídico Único, podendo ser adotado o regime celetista inclusive na Administração direta.
- b) Viável, uma vez que fundação pública com personalidade jurídica de direito privado pode adotar o regime celetista para contratação de seus empregados.
- c) Inviável, pois é inconstitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.
- d) Inviável, pois o serviço de prestação de saúde pelo Estado somente pode ser prestado por servidores estatutários, qualquer seja a natureza da pessoa jurídica envolvida.

35) Em relação à Programação da Despesa prevista na Lei nº 4.320/1964 — Normas Gerais de Direito Financeiro, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) A programação da despesa orçamentária não levará em conta os créditos adicionais e as operações orçamentárias.
- b) As cotas semestrais deverão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
- c) Assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho não constitui um objetivo da fixação de cotas.
- d) Manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria constitui um objetivo da fixação de cotas.

36) Fulano, Beltrano e Ciclano foram denunciados, conjuntamente com outros três réus, pela prática de peculato, em concurso de pessoas, em prejuízo do Município X. A sentença condenou os demais réus, mas absolveu Fulano, por não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal; absolveu Beltrano, por não existir prova suficiente para a condenação; e absolveu Ciclano, por estar provado que o réu não concorreu para a infração penal. Nessa hipótese, comunicam-se ao juízo cível as absolvições de:

- a) Beltrano, apenas.
- b) Ciclano, apenas.
- c) Fulano e Beltrano, apenas.
- d) Fulano e Ciclano, apenas.

37) A respeito do acesso à terra, conforme a Lei nº 12.288/2010 — Estatuto da Igualdade Racial, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Serão assegurados à população negra a assistência técnica rural, a simplificação do acesso ao crédito agrícola e o fortalecimento da infraestrutura de logística para a comercialização da produção.
- () O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades de garimpo em terras indígenas.
- () Para incentivar o desenvolvimento das atividades produtivas da população negra no campo, o poder público promoverá ações para viabilizar e ampliar o seu acesso ao financiamento agrícola.

- a) C - E - C.
- b) E - C - E.
- c) E - E - C.
- d) C - E - E.

38) A Lei nº 8.069/1990 — ECA prevê medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação de aplicação e prestação de contas. Frente ao exposto, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) As entidades governamentais e não governamentais serão fiscalizadas pelo judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- b) Os planos de aplicação de contas serão apresentados via balanço patrimonial e SPED ao Município, conforme a origem das adoções orçamentárias.
- c) As medidas aplicáveis às entidades não governamentais de atendimento que descumprirem obrigação de prestação de contas serão: advertência, afastamento provisório de seus dirigentes, afastamento definitivo de seus dirigentes e fechamento da unidade ou interdição de programa.
- d) As medidas aplicáveis às entidades governamentais de atendimento que descumprirem obrigação de prestação de contas serão: suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas, interdição de unidades ou suspensão de programas e cassação de programa.

39) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Nos termos da Lei nº 5.172/1966 — Código Tributário Nacional, sobre as hipóteses de interrupção da prescrição, analisar os itens abaixo:

- I. Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- II. Qualquer ato inequívoco, salvo o extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- III. Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

40) É importante que, nas causas cíveis decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, seja garantido à ofendida amplo acesso à justiça. Nos termos da Lei nº 11.340/2006 — Lei Maria da Penha, sobre os Juizados competentes, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos pela referida lei, analisar os itens abaixo:

- I. Foro do seu domicílio ou de sua residência.
- II. Foro do lugar do fato em que se baseou a demanda.
- III. Foro do domicílio do agressor.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.